Ano 2, n. 5, 2009
Seção Colunas
04/01/2010

Todo mundo tem que ir para a faculdade?

Gustavo Bernardo

Gustavo Bernardo é Doutor em Literatura Comparada, Professor Associado de Teoria da Literatura no Instituto de Letras da UERJ e pesquisador do CNPq. Publicou doze ensaios, entre eles “A Educação pelo Argumento” e “O Livro da Metaficção”, e onze romances, entre eles “A filha do escritor” e “Nanook”. Publicou, pela editora Rocco, o livro “Conversas com um professor de literatura”, contendo 50 crônicas desta Revista Eletrônica do Vestibular da UERJ. Seu ensaio “A ficção de Deus”, publicado pela Annablume, acaba de receber o Prêmio da Biblioteca Nacional para o Melhor Ensaio Literário de 2015. Edita o site www.gustavobernardo.com, sobre as suas obras.

Perguntas delicadas não têm respostas simples. Neste caso, respondo “não” e “sim”. Não: nem todo mundo precisa fazer faculdade. Sim: todo mundo deve ter condições de fazer faculdade se quiser.

O leitor percebe que, como na questão das cotas, o “não” e o “sim” não são simétricos. Ambos são compossíveis porque se sustentam em argumentos diferentes.

Quando digo que nem todo mundo precisa fazer faculdade, apenas constato o óbvio: a universidade não é o único caminho possível para a realização pessoal e profissional. Muita gente trabalha em profissões perfeitamente dignas, algumas remunerando bem, outras até muito bem, que não exigem formação universitária. Os exemplos se espalham à nossa volta.

Entretanto, todos deveriam poder escolher entre fazer ou não fazer faculdade. Para tanto, todos deveriam ter acesso a uma educação básica de qualidade para disputar nas mesmas condições a possibilidade de entrar na universidade. Atendendo ao que for específico de cada curso, a universidade, como curso considerado não por acaso “superior”, deve continuar selecionando sempre pelo mérito intelectual. Para tanto, a mensuração desse mérito, que é individual, não pode ser afetada por razões de ordem completamente outra, como cor da pele e condição econômica da família (para entender como concilio este princípio com a defesa das cotas, favor reler a crônica a respeito).

Mas da primeira constatação, de que nem todo mundo precisa fazer faculdade, não se conclui de modo algum que algumas pessoas “têm” de fazer faculdade e que outras nem devem tentar. Quem torce o argumento desse jeito se encontra na classe média ou alta e, com voz piedosa, defende que o filho do pobre “não precisa” fazer faculdade até para não se frustrar, que ele deve fazer apenas um bom curso técnico. Semelhante opinião esconde o desejo de que haja uma escola para o filho do rico e outra para o filho do pobre.

Infelizmente, essas escolas diferenciadas já existem, pelo menos nos ensinos fundamental e médio: a escola particular dedica-se aos filhos da classe média e alta enquanto a escola pública dedica-se aos filhos da classe mais baixa. Que a escola pública também seja “pobre” (em vários sentidos), que seus professores ganhem menos do que na escola particular (especialmente no Rio de Janeiro), que muitos desses professores faltem muito (embora assíduos nas escolas particulares em que também trabalham), apenas reforça a divisão. A divisão, todavia, nem sempre parece tão clara porque, reconheço, há escolas públicas de qualidade assim como escolas particulares sem qualidade – mas a confusão faz parte do logro assim como as exceções confirmam a regra.

O relato de um episódio recente mostra bem como continua forte essa concepção elitista de educação.

Uma ex-aluna minha do curso de Letras da UERJ trabalha como professora numa escola pública de cidade do interior fluminense. Na sala dos professores escuta os colegas cumprimentando um deles pelo carinho que desperta nos alunos. Já está quase se emocionando quando esse professor, modesto, diz que os alunos gostam dele porque ele só dá o que eles podem receber, que aquele público não pode receber muita coisa, nem estão interessados, então ensinar pra quê?

A moça, não por acaso negra, se horroriza mas se segura, para não brigar com os colegas. Mas a coisa piora. O professor acrescenta que não fica nessa de incentivar “esses” alunos a irem para a faculdade porque eles têm de ser bons naquilo que eles podem: um bom marceneiro, um bom gari... A coisa piora ainda mais, porque vários colegas concordam com o professor. Aí a minha aluna fica vermelha (o quanto possível para a sua cor, como ela mesma brinca) e pergunta: “mas o seu filho vai pra faculdade, não vai?”

Silêncio mortal. Não satisfeita, ela continua: "se a educação pública está essa porcaria que está, a culpa não é só dos governos que deixaram de valorizar os professores, mas também de professores que têm pensamentos como esse".

O leitor imagine o mal estar geral na sala cheia. Enquanto ela pensava, "ih, tô queimada", também imaginava o quanto de suas dificuldades não seria resultado de conhecimentos que deixou de aprender porque teve professores como esse, que a viam como parte de um público que não queria aprender nem estudar.

Em tantos anos de magistério, esse tipo de conversa não me surpreende, mas a atitude temerária da minha ex-aluna, sim. Ela realmente cria um belo mal estar. Essas pessoas merecem, diria o meu leitor indignado. Concordo, mas não concordo que a moça sofra as consequências da sua coragem, o que pode acontecer. Daí a aconselho, um tanto atrasado, que engula em seco num momento para no momento seguinte transformar sua justa revolta numa palestra, num artigo ou numa crônica, quando aquelas mesmas pessoas a ouviriam e a leriam com atenção, mas sem se perceberem alvos da crítica – afinal de contas, errado é sempre o outro.

O leitor, esperto como sempre, me provoca: ah, é isso que você está fazendo, inventando uma ex-aluna negra para se disfarçar atrás dela, você é que queria falar essas coisas no meio da sala dos professores...

Talvez, meu amigo. Talvez.